

MUITO ALÉM DO “É MENINA!”: A CONSTRUÇÃO POLÍTICA DE GÊNERO, DO CUIDADO E DO PROTAGONISMO INFANTIL

Carmem Daiane Basso ¹

Miguel Venâncio Dias Cogo ²

Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia ³

Palabras-chave: Gênero; Infância; Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

Este trabalho discute a intersecção entre as categorias sociais de gênero e infância, tomando como objeto central a desnaturalização das práticas de cuidado. Longe de ser um atributo biológico ou um "instinto natural" feminino, o cuidado é analisado aqui como uma construção social e um pilar invisível da reprodução da força de trabalho no sistema capitalista. A pesquisa bibliográfica, investiga como esses ideais regulatórios de gênero são projetados sobre os corpos infantis desde o nascimento — através do ato performativo da nomeação do sexo — e como são reforçados no cotidiano escolar por meio de uma "ortopedia pedagógica" que divide espaços, filas e comportamentos nas instituições de Educação Infantil. Contudo, contrapõe-se à visão da socialização passiva, lançando luz sobre os episódios em que as crianças subvertem essas expectativas, revelando-se atores sociais plenos.

A produção performativa de gênero e a desnaturalização do cuidado na infância, analisadas a partir das tensões entre a reprodução de normas familiares/escolares e a agência infantil na Educação Infantil.

¹Assistente social, Mestranda em Direitos Humanos – UFFS, assistentesocialdaiane@yahoo.com.br.

²Bacharel em Direito pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) - miguelcogo29@gmail.com.

³Doutor em Educação, Universidade Federal da Fronteira Sul, ronaldo.garcia@uffs.edu.br.

Este estudo, busca realizar uma análise genealógica que exponha como o sexo e o gênero são produzidos como efeitos de discursos e instituições regulatórias (família e escola), compreendendo como as crianças negociam, contestam e ressignificam essas normas por meio da reprodução interpretativa no cotidiano escolar.

O trabalho dialoga diretamente com três campos fundamentais das Ciências Sociais: a Economia Política Feminista (por meio da crítica de Silvia Federici ao "patriarcado do salário" e à invisibilização do trabalho reprodutivo); os Estudos de Gênero e Teoria Queer (via conceito de performatividade de Judith Butler, que afasta o determinismo biológico e foca no assujeitamento); e a Sociologia da Infância (apoiada em Daniela Finco e nos estudos geracionais), que reposiciona a criança não como um receptáculo passivo de normas adultas, mas como sujeito ativo e produtor de cultura de pares. Metodologicamente, a pesquisa se ancora em uma abordagem qualitativa de revisão bibliográfica, articulando teorias globais à realidade empírica de creches e escolas brasileiras.

DESENVOLVIMENTO

O campo da Sociologia da Infância surge para romper com a visão tradicional adultocêntrica, de matriz biológica e psicológica, que historicamente compreendia a criança como um "adulto em miniatura" e valorizava apenas o seu "vir-a-ser". Em contraponto, autores como Manuel Jacinto Sarmiento e William Corsaro defendem a infância como uma categoria social geracional, dotada de autonomia analítica e status ontológico próprio. Nessa perspectiva, as crianças são reconhecidas como atores sociais ativos e sujeitos de direitos, capazes de afetar e ser afetadas pelas estruturas sociais. Como destaca Corsaro (2011), a infância supera a ideia de socialização passiva, pois as crianças se apropriam criativamente da cultura adulta para produzir suas próprias culturas de pares. Por meio da ludicidade e do jogo simbólico (Sarmiento, 2008), elas ressignificam a realidade, resistem a normas e contestam regras do mundo adulto.

No campo dos estudos de gênero, compreende-se que o gênero não é um atributo biológico estático, mas um elemento constitutivo das relações sociais e das estruturas de poder (Scott, 2008). A partir da teoria da performatividade de Judith Butler (2018; 2019), entende-se que as identidades de gênero são produzidas pela repetição de atos, gestos e discursos regulatórios que criam a aparência de um sujeito estável e heteronormativo.

Esse processo inicia-se antes mesmo do nascimento e, na Educação Infantil, manifesta-se por meio de práticas de controle e normalização dos corpos, configurando uma “ortopedia pedagógica”. A separação entre meninos e meninas, a vigilância sobre comportamentos, vestimentas e brincadeiras e a repressão das diferenças reforçam estereótipos de gênero, embora também revelem fissuras que possibilitam resistências e transgressões infantis.

A contemporaneidade é marcada por uma crise internacional do cuidado, expressa nas cadeias globais de cuidado, nas quais mulheres do Sul Global migram para assumir o trabalho reprodutivo de famílias do Norte Global. Para Silvia Federici, o cuidado infantil é atravessado pelas relações de poder do capitalismo, constituindo simultaneamente um espaço de exploração e de potencial resistência coletiva. Nas instituições de Educação Infantil, essa lógica articula-se à maternalização da docência, que reduz o trabalho pedagógico a uma suposta vocação natural feminina, invisibilizando sua dimensão técnica, intelectual e política. Tal processo contribui para a precarização da profissão e para a manutenção de práticas que tratam as crianças como objetos passivos de proteção, e não como sujeitos de direitos.

Entretanto, a agência infantil evidencia que as crianças não são receptáculos passivos das normas sociais. Por meio da reprodução interpretativa (Corsaro, 2011), elas reinterpretam e subvertem regras de gênero em suas interações e brincadeiras, afirmando uma alteridade geracional que desafia a estabilidade normativa. Diante disso, defende-se a necessidade de uma Justiça Cognitiva Geracional, no âmbito dos Direitos Humanos, que reconheça as crianças como produtoras de conhecimento e cultura. O cuidado deve ser reafirmado como uma responsabilidade ética e política coletiva, e as instituições educativas precisam deixar de priorizar a normalização dos corpos para acolher a pluralidade das identidades infantis, garantindo o direito fundamental à existência livre, plural e digna.

RESULTADOS, AVANÇOS E REFLEXÕES

Acredita-se que trabalhar questões de gênero e cuidado na primeira infância possa trazer um reconhecimento da infância como categoria social autônoma e de sujeitos de direitos. Evidencia-se a necessidade da desnaturalização do cuidado como instinto feminino, revelando-o como trabalho social invisibilizado e altamente lucrativo para o

sistema capitalista. Observa-se a identificação da performatividade de gênero como processo regulatório reiterado nas práticas escolares e qualquer modo que não se encaixa nos padrões impostos é reprimido para ser aceito, evidenciando uma crise global do cuidado e suas desigualdades interseccionais.

Acredita-se que a agência infantil produz e resiste ativamente às normas sociais e moralmente impostas à questão de gênero, que reproduz estereótipos, violências e que se deve perceber uma proposição da Justiça Cognitiva Geracional como novo paradigma nos Direitos Humanos.

Propõe uma crítica à maternalização da docência, abrindo espaço para valorização intelectual e política da Educação Infantil buscando a integração da perspectiva interseccional na análise das práticas de cuidado, propondo reflexões quando a Educação Infantil como campo político de disputa de poder e produção de normas; o cuidado como potencial revolucionário e espaço de solidariedade coletiva, bem como e principalmente o reconhecimento da pluralidade das infâncias e necessidade de metodologias inclusivas buscando uma transformação pedagógica para superar práticas binárias e disciplinadoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROJEÇÕES

O percurso analítico deste trabalho desvelou que as relações de gênero no cuidado de crianças não decorrem de um destino biológico, mas de uma complexa trama de poder, economia e performatividade. A análise fundamentada em Silvia Federici situou o cuidado como o pilar invisível da acumulação capitalista — a reprodução da força de trabalho —, evidenciando que a "maternalização" da docência na Educação Infantil precariza o trabalho feminino ao reduzir o saber profissional a um "trabalho de amor". Ademais, constatou-se que o cotidiano institucionalizado opera por meio de uma "ortopedia pedagógica" que utiliza o sexo como critério de controle espacial e temporal para produzir corpos dóceis.

Contudo, a articulação com a Sociologia da Infância e a Teoria da Performatividade iluminou as fissuras desse sistema. Através da reprodução interpretativa e da criação de culturas de pares, as crianças afirmam-se como atores sociais plenos, cujos "corpos que escapam" manifestam agência crítica e subversão ativa frente ao binarismo adulto. Conclui-se que a efetivação dos Direitos Humanos na primeiríssima infância exige a superação do adultocentrismo e a consolidação de uma Justiça Cognitiva Geracional. O

cuidado deve ser reafirmado como responsabilidade ética e política coletiva, assegurando o direito à livre constituição da identidade. Por fim, sugere-se que investigações futuras explorem como as cadeias globais de cuidado e as novas configurações familiares tensionam tais dinâmicas, visando subsidiar políticas públicas que potencializem a autonomia e a cidadania infantil desde o berçário.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, Judith. **Corpos que Importam**: Os limites discursivos do “sexo”. 1. ed. São Paulo: Crocodilo, 2019.
- CARVALHO, Janaína Nogueira Maia *et. al.* (Org). **A sociologia da infância**: possibilidade/s de voz e ação da criança e sua/s infância. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2022.
- CORSARO, William A. **Sociologia da infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.
- FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.
- FINCO, Daniela. **Educação Infantil, Espaços de Confronto e Convivência com as Diferenças**: análise das interações entre professoras e meninas e meninos que transgridem as fronteiras de gênero. 2010. 198 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo: 2010.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Organizações multilaterais, Estado e Políticas de educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 115, p. 25-64, 2002.
- SARMENTO, Manuel Jacinto. Sociologia da Infância: Correntes e Confluências. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; GOUVÊA, Maria Cristina Soares de (Org.). **Estudos da Infância**: educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 17-39
- SCOTT, Joan Wallach. **Gênero e história**. Ciudad de México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008.